

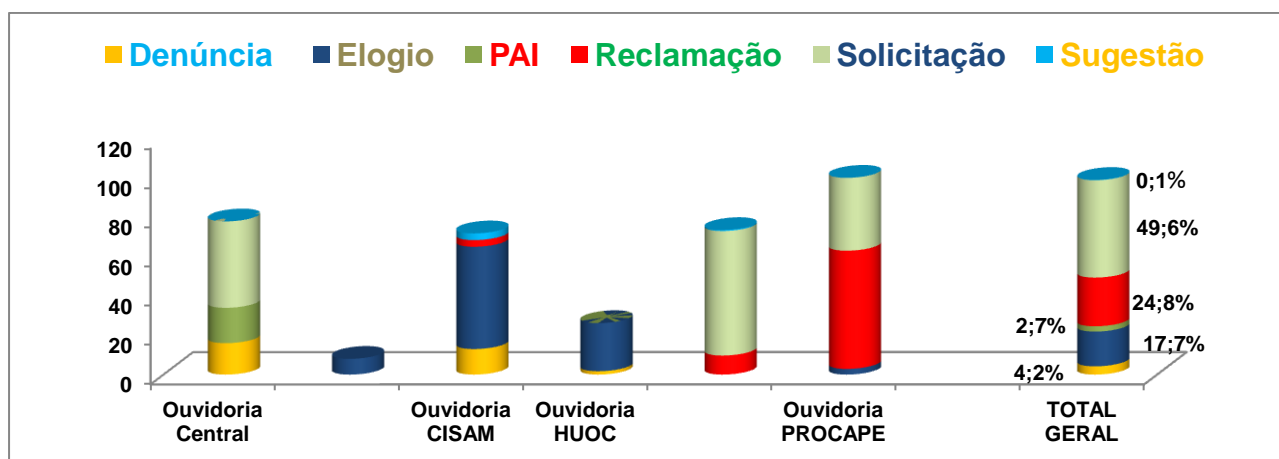
Relatório anual em observância a Lei 16.420/2018, Art. 16, II.

1. Quadro: Demonstrativo Natureza das Manifestações\Julho2023

Natureza	Denúncia		Elogio		Pedido de Acesso à Informação/ LAI		Reclamação		Solicitação		Sugestão		Total Geral por Ouvidoria	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ouvidoria Central	8	16,0	1	8,0	9	18,0	10	20-	22	44	-	-	50	15,3
Ouvidoria CISAM	3	13,0	12	52,1	-	-	7	3,4	-	-	1	3,4	23	7,0
Ouvidoria HUOC	3	1,7	43	24,5	-	-	17	9,7	111	63,4	1	0,5	175	53,6
Ouvidoria PROCAPE	-	-	2	2,9	-	-	47	60,2	29	37,1	-	-	78	23,9
TOTAL GERAL	14	4,2	58	17,7	9	2,7	81	24,8	162	49,6	2	0,1	326	100

Fonte: Sistema Gcon\Rede Ouvidorias do Estado de Pernambuco\ATI – Quadro Ouvidoria Central

1.1 Gráfico: Demonstrativo Manifestações Julho\2023



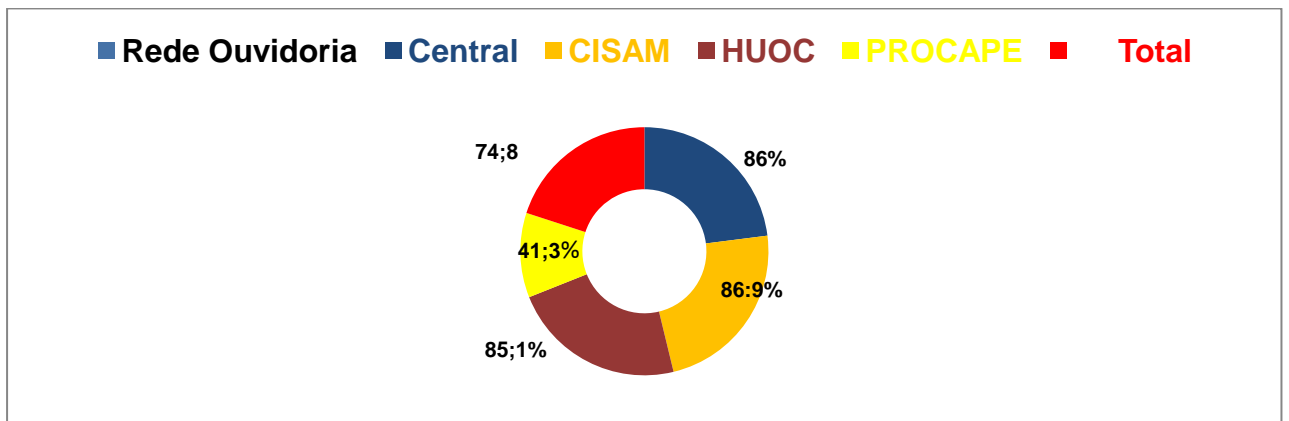
Fonte: Sistema Gcon\Rede de Ouvidorias do Estado de Pernambuco Gráfico Ouvidoria Central UPE

2. Quadro: Demonstrativo da Resolutividade das Manifestações\Julho 2023

Rede Ouidorias	Total das Manifestações	Concluídas no Prazo	%
Central	50	43	86,0
CISAM	23	20	86,9
HUOC	175	149	85,1
PROCAPE	78	32	41,3
Total	326	224	74,8

Fonte: Sistema Gcon\Rede Ouidorias do Estado de Pernambuco\ATI – Quadro Ouidoria Central UPE

2.2 Gráfico Demonstrativo Resolutividade Julho\2023



2.1 Fonte: Sistema Gcon \Rede de Ouidorias do Estado de Pernambuco Gráfico Ouidoria Central UPE

Manifestações Recorrentes e Pedidos de Acesso à Informação\PAI

Julho\2023

Ouidoria	Assunto	Teor	Providências\Encaminhamentos	Obs
	Pedido de Acesso à Informação\PAI	Gastos Correios	Autoridade Administrativa	
		Freqüências Servidores	Autoridade Administrativa e Hierarquicamente Superior	Este PAI Gerou Recursos e Encaminhamento ao Comitê de Acesso à Informação\CAI
		Emissão Documentação	Autoridade Administrativa	
		Relação Pagamentos Notas Fiscais		
		Concurso 2017 diversos Pedidos		
		Docentes Contratos Temporário Cedidos Substitutos		
			Docentes	

Ouvidoria Central UPE	Denúncia	Assédios	Gestores Diversos Campus	Reincidentes
	Elogio	Atendimento ao público	Coordenadoria de Recursos Humanos	
	Reclamação	Emissão de Diplomas	Gestor Unidade	
		Ineficiência Comunicação Redes Sociais	Gestor Unidade	
		Senha SSA	CPCA	
		Assédios	Gestor Unidade	
		Docente	Gestor Unidade	
		Emissão Diploma	Coordenação EAD	
		Tratamento Odontológico	Ouvidoria CISAM	
		Infra estrutura Campus Palmares	Gestor Unidade	
	Solicitação	Pagamento Nota Fiscal	PROADMI	Reincidentes
		Concurso Docente	Coordenadoria de RH	
		Edital	Coordenação EAD	
		Cadastro CNES	Coordenadoria de RH	
		Edital Bolsa UPE no Campus	Pró Reitoria e Graduação	
		Pagamento Pensão	Coordenadoria de RH	
		Revalidação Diploma Curso Exterior	Pró Reitoria de Pós Graduação	
		Certidões\Fichas Financeiras	Certidões\Fichas Financeiras	
		Emissão Diplomas	Pró Reitoria Graduação	
Emissão Certificado		Campus Benfica\FCAP		
Dados sensíveis		NCTI		
Concurso\Posse		Coordenadoria de RH		
Alvará Judicial		Coordenadoria de RH		
Pagamento de Férias		Coordenadoria de RH		
CISAM	Denúncia	Conduta Inadequada no Ambiente de Trabalho	Diretoria	Reincidente
		Abordagem Inadequada Paciente\Médico	Diretoria	
		Falha identificação Paciente.	Diretoria	
	Elogio	Agradecimento e Satisfação ao Atendimento	Triagem\Plantão dia 09\07, Gerência Recepção, Atendimento Médico, Vigilantes, Setor de Vacinação, Serviço Social	
	Reclamação	Atendimento Médico não Realizado	Setor Ambulatório Trans Identidade	Reincidentes
		Atendimento Prioritário Negado	Setor Marcação de Consultas	
		Agenda Médica Suspensa	Diretoria	
		Consulta não Realizada	Setor NUTES	
		Ausência Profissional		

		Posto Enfermagem	Diretoria	
	Sugestão	Sistema para Marcação de Consultas de Fácil Acesso	Diretoria	
HUOC	Denúncia	Assédio Sexual	Setor Laboratório	
		Intimação por filho(a) de Servidor (a)	Gestora Executiva	
	Elogio	Equipe Multidisciplinar; Setor Bariátrica; Acolhimento;	Diversos Setores	
	Reclamação	Mau Atendimento Servidor	Setor Neurologia\Setor Segurança\Gestora Executiva\Coordenação de Enfermagem\Ambulatório Geral\Setor Nutrição\Diretoria	Reincidentes
		Atendimento por Horário não Cumprido	Setor CEON	
		Falta Material para Realização de Exames	Setor Insumos	
		Assédio Moral	Coordenação de Enfermagem	
		Ambientes Inadequados para aguardar Consultas	Diretoria	
		Consultas Agendadas de Formas Incorretas	Setor Mastologia	
		Dificuldades para Agendar Procedimentos Médicos	Setor Marcação de Consultas	
Realização de Procedimentos Pós Infusão		Coordenadoria de Planejamento		
Solicitação	Dificuldades em Realizar Procedimentos Médicos; Trocas de Médicos na Marcação de Consultas; Dificuldades de Marcação e Remarcação de Consultas e Exames; Demora na Entrega de Exames; Mau Atendimento ao Usuário; Falta de Insumos para Realização de Exames;	Diversos Setores	Reincidentes	
PROCAPE	Elogio	Médico Acompanhante; Equipe Hospitalar	Diretoria	Reincidentes
	Reclamação	Dificuldades de Marcação de Consultas e Diversos Procedimentos	Setor Marcação de Consultas	
		Dificuldades de Agendar Exames	Setor Marcação de Consultas	

		Marcação e Revisão de Marca Passos	Setor Marcação de Consultas	
	Solicitação	Trocar Médico; Dificuldades para Renovação de Receitas Médicas; Dificuldades de Marcação de Consultas e Diversos Procedimentos;	Diversos setores	Reincidentes

A Ouvidoria Central recebeu demandas direcionadas a todo o Campus Acadêmico e Complexo Hospitalar, como também direcionadas às Pró-Reitorias, Coordenadorias, IAUPE. Demandas de Natureza: Denúncia, Elogio, Reclamação, Solicitação e Sugestão.

4. Quadro das Legislações Vigentes

Legislação	Vigência	Regula	Obs:
Decreto Estadual 32.476/2008	14\10\2008	Dispõe sobre a criação da Ouvidoria Geral do Estado, e dá outras providências.	
Lei Federal Número 12.527\11	18\11\2011	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal .	
DECRETO Nº 7.724	16/05/2012	Regulamenta a Lei nº 12.527 , de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	
Lei Estadual Número 14.804\12	29\10\2012	Fica garantido o direito fundamental de acesso às informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, consoante normas gerais disciplinadas na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	
Decreto Estadual Número 38.787\12	30\10\2012	Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei no 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do caput do artigo 50, no inciso II do § 30 do artigo 37 e no § 20 do artigo 216, todos da Constituição Federal.	
Lei Federal Número 13.460\12	26\06\2012	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.	Capítulo 4 das Ouvidorias

<p>Portaria 060\16</p>	<p>30/11/2016</p>	<p>I – responder as manifestações a eles direcionadas em até 12 (doze) dias;</p> <p>II – retornar as manifestações à Ouvidoria em até 2 (dois) dias, quando as mesmas não forem da sua competência, indicando, caso seja do seu conhecimento, o setor ou órgão competente;</p>	
<p>Lei Federal Número 13.709\18</p>	<p>14\08\2018</p>	<p>Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).</p>	<p>O artigo 4º é de suma importância no que toca ao tratamento de dados realizado pela Administração Pública, especialmente no que diz respeito ao seu inciso III, visto que afasta a incidência da LGPD quando o tratamento de dados pessoais for realizado para fins exclusivos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Segurança pública; b) Defesa nacional; c) Segurança do Estado ou d) Atividades de investigação e repressão e infrações penais.
<p>Lei Estadual Número 16.420\18</p>	<p>17\09\2018</p>	<p>Esta Lei estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública estadual.</p>	<p>Capítulo 5 das Ouvidorias</p>
<p>Resolução Anonimato número 3</p>	<p>13/09/2019</p>	<p>Aprova a Resolução sobre medidas gerais de salvaguarda à identidade do denunciante</p>	

DECRETO FEDERAL NÚMERO 10.474\20	26\08\2020	Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, na forma dos Anexos I e II.	
DECRETO ESTADUAL Nº 49.265\20	06\08\2020	Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual em consonância com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).	
PORTARIA ESTADUAL NÚMERO 032\20 SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO PE	02\09\2020	Dispõe sobre o Pedido Sigiloso de Acesso à Informação.	
PORTARIA ESTADUAL NÚMERO 033\21 SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO PE	11\07\2021	Procedimentos e modelos, de forma a padronizar o cumprimento do disposto Capítulo IV, do Decreto nº 49.265, de 06 de agosto de 2020, bem como a apuração de indicadores de atendimento de que trata a Portaria SCGE nº 01, de 05 de janeiro de 2021,	
PORTARIA NÚMERO 003/2022	04/02/2022	Estabelece procedimentos e orientações para o exercício das atividades desenvolvidas pelas Ouvidorias integrantes da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual de que se trata o artigo 12 da Lei 16420, de 17 de setembro de 2018.	
Lei I Nº 17.687, de 4 de março 2022.	04/03/2022	Dispõe sobre a divulgação de informações individualizadas relativas a viagens aéreas custeadas por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco.	
Lei Estadual 13.314	15\10\2007	Dispõe sobre o Assédio Moral no âmbito da Administração Direto e indireta e Fundações Públicas	
Decreto Nº 30.948	26/10/2007	Regulamenta a Lei 13.314 de 15 de outubro de 2007, que dispõe sobre o Assédio Moral no âmbito da Administração Direto e indireta e Fundações Públicas.	
Decreto Governamental Nº 50.306	19\02 \2021	Regulamentam dispositivos da Lei nº 12.837 de 17 de junho, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos;	
Lei nº 17.078	8/10/2020	Define normas de transparência na gestão de recursos públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco.	

Decreto Estadual nº 47.087	01/02/2019	Devem apoiar a autoridade de monitoramento nas ações necessárias para a atualização das Páginas de Acesso à Informação dos seus respectivos órgãos e entidades.	
Resolução TC Nº 159	15/10/2021	Dispõe sobre a criação e regulamentação de Ouvidorias no âmbito dos Municípios do Estado de Pernambuco.	
Portaria da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco\SCGE, nº 27	22/06/ 2022	Consideram as disposições do Decreto nº 38.787 de 30/10/2012	
Lei 12.387	17/06/2003	Dispõe sobre normas à divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios públicos no âmbito da administração estadual.	

Informa-se que na página institucional da UPE\Ouvidoria, encontra-se um link direcionado a Ouvidoria Geral do Estado para as consultas e consultas das legislações.

Maria do Rosário Lapenda

Ouvidor a Central e Monitoramento da Lei de Acesso à Informação\LAI Julho30 /2023.

Protocolos não respondidos de Pedidos de Acesso à Informação\PAI e Manifestação:

1. Número Protocolo: 202320961

"Em relação ao programa da Pós graduação de Engenharia da computação (PPGEC) da Escola Politécnica da UPE

Solicito cópia das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado de professores do mestrado e doutorado em sua transcrição completa e a lista de presença dos membros.

2. Número Protocolo: 202326557

Entre Janeiro de 2019 até dezembro de 2022

PAI- Pedido de Acesso à Informação recebido pela OGE:

"Em relação ao programa de pós-graduação em engenharia da computação (PPGEC) da Escola Politécnica (Poli), solicito:

Últimas três prestações de contas financeiras

3. Número Protocolo: 202342178

Nomes e quantidade de professores CEDIDOS de outras carreiras/secretarias, como da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco, e que se encontram alocados como docentes na Escola Politécnica de Pernambuco da UPE, bem como as respectivas PORTARIAS e/ou PROCESSO SELETIVO que balizaram esse processo de transferência.

4. Número Protocolo: 202347963

Não Cumprimento Carga Horária

5. Número Protocolo: 202371069

Descumprimento do |Papel Acadêmico